

## IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DO DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE, DE SANTA MARIA/RS

Francisco Queruz  
Claudia Tirelli

**GRUPO DE TRABALHO: GT8: Estado, políticas públicas, democracia, participação popular e movimentos sociais:**

### RESUMO

A proposta deste texto foi analisar o modelo de implementação do conjunto de políticas públicas que caracterizam o chamado Distrito Criativo Centro-Gare, de Santa Maria/RS. O Distrito Criativo surgiu de uma iniciativa do poder público municipal para reativar e dinamizar um recorte da área central da cidade identificada com o seu surgimento e também ao ciclo de desenvolvimento ferroviário local. Para tanto, foi estabelecida uma revisão bibliográfica que abordasse modelos de políticas públicas, compreendendo seus pontos positivos e negativos. Após avaliar esses modelos, buscou-se caracterizar o estudo de caso entre tais referências. A avaliação realizada parece mostrar que o modelo de política pública utilizado é o caracterizado por Lotta (2019) como de quarta geração, em que atores estatais e não estatais estabelecem uma rede de cooperação para atender as demandas. No caso do Distrito Centro-Gare, o que se percebe é uma proeminência da ação estatal municipal, com auxílio de outros vários atores não estatais, contudo a implementação da mesma ainda está em curso, o que dá margem a novos atores e posicionamentos.

Palavras-chave: políticas públicas, modelos de implementação, Distrito Criativo Centro Gare, ferrovia.

### INTRODUÇÃO

A forma como políticas públicas são propostas e implementadas possui relação com a possibilidade de alcançar seu objetivo. Os diferentes modelos de implementação que têm sido utilizados por entes públicos (e privados também) guardam relação com suas possibilidades de sucesso, atendimento e satisfação da parcela da população às quais se destinam. Com base nesta premissa, o objetivo do texto que segue é compreender o modelo utilizado pela Prefeitura Municipal de Santa Maria, em especial para o caso do Distrito Criativo Centro-Gare, que está sendo pensado e implementado desde 2021, e que pretende qualificar parte do tecido urbano relacionado com a expansão ferroviária da cidade, estagnado desde as últimas décadas.

A abordagem utilizada para viabilizar a proposta consta da revisão de bibliografias nacionais recentes, com o intuito de compreender conceitos básicos e também as abordagens percebidas para implementação desses planos. Também será abordado o caso de estudo do distrito criativo da cidade, com suas características e sua locação. A partir disso, são feitas indicações das aproximações em relação aos modelos vistos, buscando compreender pontos positivos e negativos.

### 1. GOVERNANÇA, CAPACIDADE ESTATAL E IMPLEMENTAÇÃO: PREMISSAS

A compreensão de políticas públicas, mesmo em casos de pequenos entes federativos, como municípios, atende a forma como as mesmas são gestadas e executadas em outras escalas. Diversas verticalidades atuam sobre as estruturas de administração municipal, em busca de resultados aos interesses que lhes convêm. Faz-se necessário, assim, compreender alguns modelos e características envolvidas em implementações de políticas públicas, como amparo para análise pretendida para este texto. Com base neste entendimento, a seguir são abordados alguns elementos relevantes.

Inicialmente, cabe analisar o entendimento para capacidade pública, elemento crucial para entender o papel do Estado na atualidade. Para Gomide e Marenco (2024, p.5), trata-se de “habilidades, competências e recursos burocrático-institucionais de um Estado para implementar políticas públicas e desempenhar de modo eficaz suas funções, como manter a ordem pública, garantir direitos e prover bens e serviços públicos”. Os autores ainda indicam a sua relevância para garantir estabilidade e desempenho de governos, nas mais diversas áreas.

Neste sentido, Pires e Gomide (2018, p.25) avaliam que as capacidades estatais, em um primeiro momento, eram consideradas como os elementos necessários para criar e manter a soberania das nações, em um processo de construção dos Estados. Já em um segundo momento, percebem que o conceito está mais relacionado com as capacidades que os Estados deveriam possuir para atingir seus objetivos, efetivamente, como provisão de bens e serviços públicos.

Em cenários de limitação de recursos, a relevância de priorização de determinadas políticas, portanto, é elemento essencial para satisfazer atores específicos. Neste sentido, Cate et al. (2024, p.59) indicam que a depender do tipo de política, distributiva, redistributiva, regulatória ou constituinte, possivelmente haverá coerção em sua aplicação e seu destinatário, exigindo inclusive recursos para atender potenciais oposições.

Por outro lado, percebe-se uma mudança relevante desde a virada para o século XXI no que tange as estruturas do Estado. O entendimento adotado pelo Estado brasileiro e relacionado ao neoliberalismo, de necessidade de uma estrutura pública menor, que desse espaço para os entes privados, produziu uma série de privatizações e concessões à iniciativa privada. São os casos de infraestruturas e serviços básicos, como água, energia, transportes, por exemplo. Nesta esteira, passou a haver a necessidade do Estado se relacionar de forma mais próxima com a sociedade e mercado, através do conceito de governança (Pires e Gomide, 2018).

A visão de governança utilizada aqui parte de Marques (2016, apud Gomide e Pereira, 2018, p. 83), que a considera como “o conjunto de atores estatais e não estatais interconectados por ligações formais e informais operando no processo de fazer políticas públicas e inseridos em contextos institucionais específicos”. A partir desta definição, cabe observar que Pires e Gomide (2018, p.27) percebem três pontos de vista para o crescimento do papel da governança: [1] a redução das capacidades estatais pelo seu esvaziamento, com perda da capacidade de controle das políticas públicas; [2] em reação a primeira, uma visão de mudança do papel do Estado, sem a sua desvalorização, com passagem das funções de produção para regulação; e [3] a terceira perspectiva, que propõe que as mudanças recentes tem a capacidade de ampliar as intervenções do Estado, através de complementariedades e sinergias. Os autores identificam, a partir dessas visões, que as relações entre as capacidades governamentais e suas governanças apresentam desafios que estão em aberto, e sua capacidade de atender políticas públicas poderiam caracterizar Estados mais capazes e qualificados.

Algumas políticas públicas que ocorrem sob a tutela de instituições públicas em conjunto com privadas tem apresentado problemas de ordem semelhante aos questionamentos inferidos as primeiras, como ineficiência e custos elevados. Ao analisar casos de políticas públicas de infraestrutura, Gomide e Pereira (2018, p.87) indicam que as Parcerias Público-Privadas (PPP) também não estão livres de pressões de atores ou grupos de pressão, tampouco de questionamento de sua eficácia econômica e legitimidade de projetos. Tais percepções alertam para a necessidade de transparência e accountability dos planos, sem a omissão da sociedade civil e órgãos de controle.

O terceiro conceito que interessa trazer para o texto diz respeito a fase de implementação de políticas públicas. De maneira simplificada, pode-se dizer que esta etapa do ciclo de políticas públicas é caracterizada pela transformação do que é planejado em realidade, considerados também os papéis dos atores. Por ser um momento de materialização, também se constitui numa fase reconhecida por diversas divergências. Trata-se, portanto, de uma etapa em que os burocratas e os instrumentos de ação estatal são essenciais (Lotta, 2019, p.13). Também pode ser percebido como momento em que uma grande quantidade de atores políticos acaba por frustrar planejamentos, em busca dos interesses que defendem (Secchi, 2014, p.56).

### 1.1 Modelos de Implementação de Políticas Públicas e Desigualdades

Os estudos realizados por Secchi (2014) identificam a existência basicamente de dois modelos de implementação de políticas públicas, o chamado modelo top-down e o modelo bottom-up. O primeiro concebe as decisões políticas como ações que ocorrem somente no momento da formulação da política, quando os gestores eleitos buscam colocar os seus planos de governo em ação por meio da construção de políticas públicas. Já a fase da implementação seria vista no modelo top-down como mera execução do que foi planejado. Neste caso, os problemas referentes à implementação são interpretados como sendo desvios derivados da falta de controle sobre os burocratas (de nível de rua e de médio escalão) ou de problemas comunicacionais acerca dos objetivos da política. Já o modelo conhecido como bottom-up, surgiu como uma resposta ao modelo top-down, indicando que nem tudo poderia ser previsto, normatizado e controlado no processo de implementação. Seu foco estava em analisar como a política acontecia de fato no momento de entrega dos serviços aos seus usuários, o que significava perceber o poder de discricionariedade dos chamados burocratas a nível de rua, os quais teriam mais contato com a população e com a aplicação do planejamento realizado. A discricionariedade, nessa perspectiva, não possui uma conotação negativa, na medida em que ela pode tanto auxiliar para que a política se torne realidade em um determinado território, com base nos conhecimentos e experiências prévias dos burocratas de nível de rua, como pode, em alguns casos, (re) produzir desigualdades sociais.

Lotta (2019), ao analisar a mesma temática, reconhece a existência de mais dois modelos, mais atuais e também mais próximos das realidades contemporâneas. A partir dos anos 1990, os modelos procuraram sair do binômio produzido pelos modelos anteriores. Entre os diversos modelos, a autora cita os de Matland e o Modelo de Coalizões de Defesa, Advocacy Coalition Framework, de Sabatier (Vicente, 2016), os quais formam a chamada terceira geração de estudos sobre implementação de PP. A autora (Lotta, 2019) avalia que as produções contemporâneas constituem a quarta geração de estudos, marcada pela concepção de múltiplos modelos de análise sobre os objetos e também por novos modelos que se complexificaram após os processos de reformas dos Estados. Nas suas palavras:

A ideia de governança, de instrumentos de ação pública, a relação entre atores estatais e não estatais, os novos arranjos institucionais, os processos multinível, sistemas de coordenação, capacidades estatais na implementação entre outros são algumas das temáticas que ganham espaço nessa nova agenda (Lotta, 2019, p.17)

Sobre a situação brasileira, a autora ainda observa que os estudos já foram propostos a partir desta quarta geração, o que inclui as alterações da forma como o Estado se porta, considerando ações de governança e processos multinível, o que torna o entendimento mais complexo. Outro ponto relevante e derivado do processo de implementação, segundo esses modelos, é a reprodução de desigualdades, em uma lógica que mantém benefícios para as camadas da população que já são privilegiadas. Em um sistema em que os propositores e implementadores fazem parte de camadas da população mais favorecida, os círculos viciosos de benefícios são perpetuados.

Ao discutir esta temática, Pires (2019) levanta dois questionamentos fundamentais para compreender se os resultados esperados terão como ser satisfatórios. Sobre isto, o autor observa:

- 1) Quem teve (ou não) a oportunidade de fazer parte do arranjo e ter seus interesses e pontos de vista institucionalmente representados? E, considerando que os arranjos frequentemente envolvem uma distribuição desigual de poder, recursos e papéis entre os atores participantes, quais são as capacidades (conectividade, centralidade etc.) de cada ator de interferir em decisões críticas sobre as estratégias de implementação e os cursos de ação a serem seguidos?
- 2) Dado que o processo de estabilização das relações entre os múltiplos atores envolvidos no arranjo envolve o desenvolvimento ou a adoção de instrumentos (procedimentos formais, protocolos, sistemas de informação, indicadores, formulários etc.), quais visões, valores e preconcepções sobre os usuários e seus modos de vida são fixados? Quais as implicações desses instrumentos, supostamente técnicos, para os usuários dos serviços e programas? (Pires, 2019, p.27-28)

A seguir, busca-se apresentar e compreender o caso de estudo, assim como atores e forças percebidas.

## 2 O DISTRITO CRIATIVO CENTRO-GARE DE SANTA MARIA

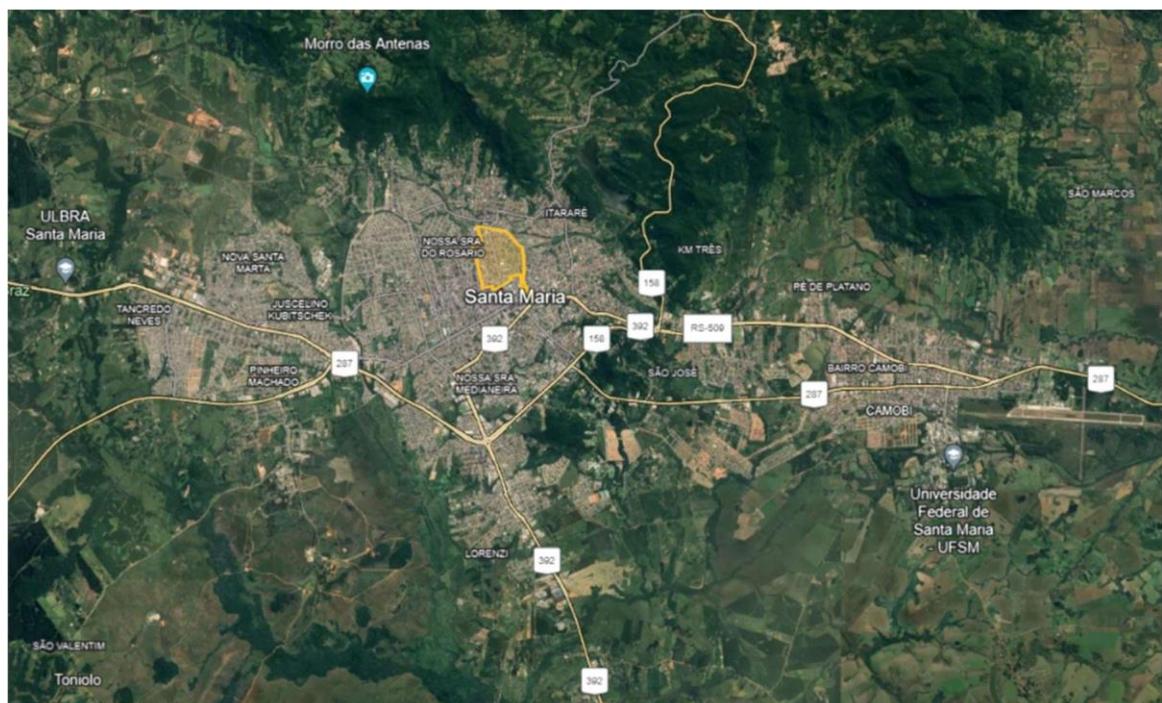
Santa Maria é uma cidade média localizada na região central do Rio Grande do Sul. Com povoamento inicial datado de 1797, cresceu de forma lenta e contínua até participar da rede de estradas férreas estruturadas pelo governo imperial e provincial, quando passou a se destacar e ganhar relevante contingente populacional. Posteriormente, passou a núcleo importante também para as forças armadas e para a educação superior, recebendo hoje grande contingente de população para estes fins (Beltrão, 1979; Belém, 2000; Queruz e Guma, 2022).

A cidade, assim, como vários outros exemplos brasileiros, sofreu, desde a década de 1960, com as alterações provindas dos desincentivos orientados a malha ferroviária brasileira. Assim, até a década de 1990, quando é finalizado no Rio Grande do Sul, o transporte de passageiros via trens e também quando ocorre a concessão das linhas férreas para a iniciativa privada, ocorre a redução das atividades relacionadas aos trens. A partir deste tempo, os

setores urbanos que eram qualificados com a sociedade ferroviária e as suas dinâmicas, acabam por entrar em colapso (IPHAE, 2002; Mello, 2002; Prochnow, 2014).

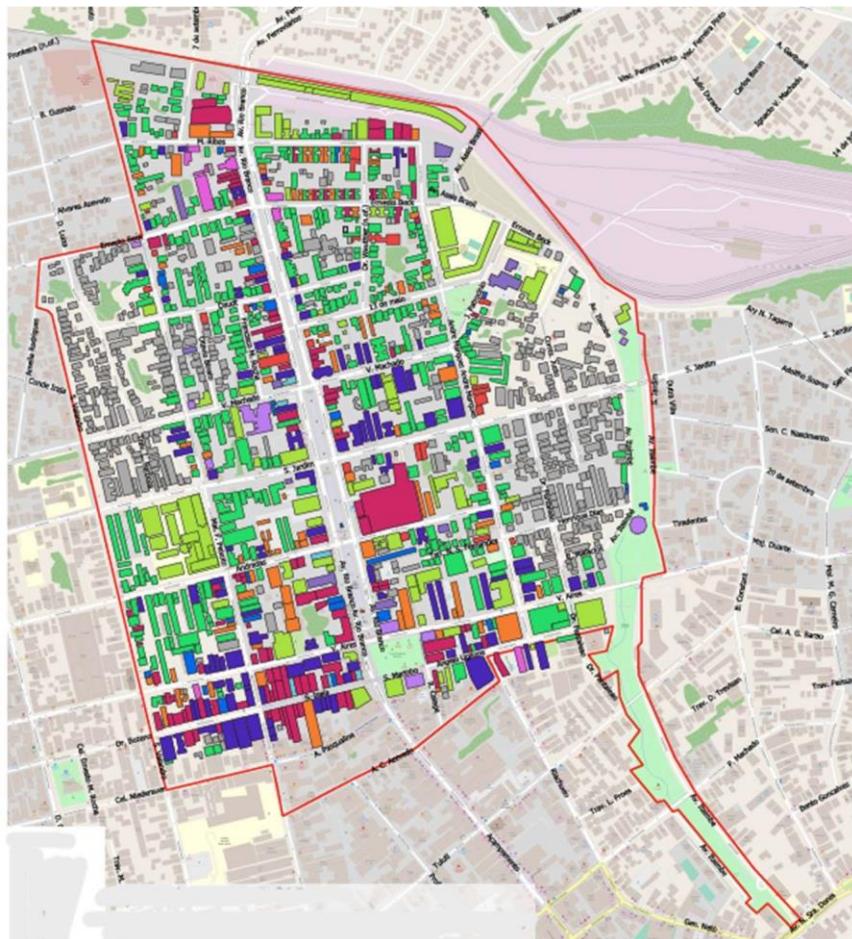
Em resposta a essa realidade, no início de 2021, o poder executivo do município de Santa Maria iniciou um debate para a criação do chamado Distrito Criativo Centro - Gare. Naquele momento, foram chamadas para a discussão as entidades representativas de setores diversos, sociedade civil, as instituições de ensino superior e também um grupo de pesquisa com expertise em Distritos Criativos, oriundo de Santa Catarina. O lançamento do projeto ocorreu em agosto do mesmo ano, e a partir daí diversas atividades de reconhecimento da realidade local e de potencialidades foram feitas (figuras 1 e 2). Deste período, mais de 500 pessoas foram ouvidas e 1758 problemas foram apontados (Distrito Criativo Centro-Gare, 2023).

Figura 1 – Imagem aérea da área urbana e entorno de Santa Maria, com o grifo em laranja na área do Distrito Criativo Centro-Gare.



Fonte: Adaptado de Google Earth, 2024.

Figura 2 – mapa de usos e de delimitação do Distrito Criativo Centro-Gare, inclui o núcleo de formação da cidade e parte da área desenvolvida no ciclo ferroviário.



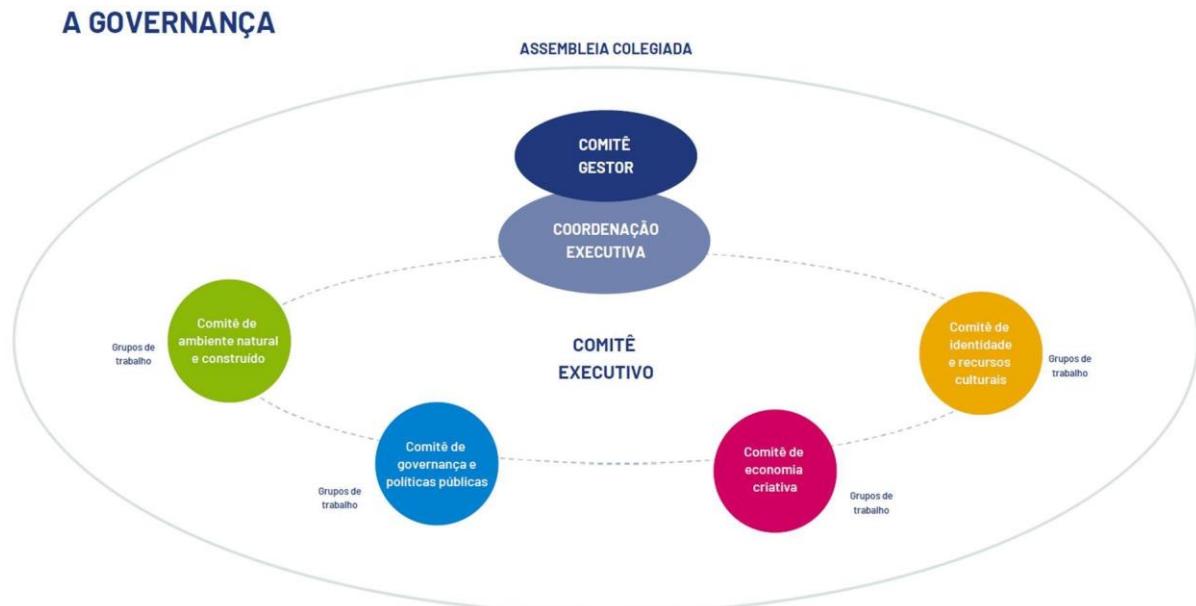
Fonte: Adaptado de IPLAN, 2022. Disponível em: <http://www.distritocentrogare.com.br>.

O Distrito Centro-Gare pode ser considerado um plano setorial municipal, composto por um conjunto de políticas públicas capitaneadas pelo poder público, com o objetivo de refuncionalizar e revalorizar parte das áreas criadas pelo ciclo ferroviário na cidade. Os objetivos estratégicos listados foram divididos em 4 eixos: (1) ambiente natural e construído, (2) governança e políticas públicas, (3) economia criativa e (4) identidade e recursos naturais (Teixeira, 2022a). As ações são baseadas em intervenções de melhoria na infraestrutura urbana (como drenagem e pavimentação), intervenções específicas em pontos nodais relevantes (como a própria Estação Férrea, Clube dos Ferroviários, Casa de Cultura e Praça Saldanha Marinho) e ainda através de capacitações para interessados em empreender no local. O objetivo neste caso parece ser o de criar condições para ativar economicamente a área, usando como pano de fundo a indústria criativa. Segundo o próprio sítio eletrônico do projeto “... [Os distritos criativos] são territórios onde as pessoas desejam viver, trabalhar e

se divertir porque ali sentem pulsar autenticidade, movimento, transformação e inspiração."(Distrito Criativo Centro-Gare, 2023).

Em relação a organização do Distrito Criativo, percebe-se a existência de 4 comitês, conforme as grandes dimensões listadas anteriormente. Estes fazem parte do chamado nível executivo, junto a uma coordenação. Há ainda um comitê gestor mais amplo e uma assembleia colegiada, que é a instância máxima na hierarquia (figura 3). Sobre esta estrutura, pode-se observar que tem sido a responsável pela tomada de decisões e ações. Contudo, até o presente momento, ainda se observa a necessidade de um empenho muito relevante do poder executivo municipal, que propôs a intervenção em questão. Esta proatividade, que pode ser avaliada como positiva, também levanta dúvidas sobre a continuidade no momento em que os gestores do poder executivo forem alterados. Será necessário compreender, neste momento, se as próximas gestões perceberem o distrito criativo como um plano urbano, da cidade, ou apenas um plano político limitado (Teixeira, 2022a).

Figura 3 – a estrutura organizacional do Distrito Criativo Centro-Gare, de Santa Maria.



Fonte: Teixeira (2022b, p.42)

### 3 MODELO E POSSÍVEIS RESULTADOS

A análise do conjunto de políticas públicas intitulado Distrito Criativo Centro-Gare permite compreender algumas características, listadas aqui por grupos de afinidades.

#### 3.1 O Modelo Proposto

O modelo de política prevista no caso em questão parece possuir características da quarta geração indicada por Lotta (2019) e já descrita previamente. Neste tipo de modelo, busca-se a participação de parcelas da população na governança, através de atores reconhecidos e de participação efetiva. O próprio site do distrito elenca entidades ou empresas que participaram (ou participam) do processo de gestão de proposições e implementação das políticas ("Distrito Criativo Centro-Gare", 2023). São elas:

1. Agência de Desenvolvimento de Santa Maria - Adesm
2. Agência de Inovação e Transferência de Tecnologia - Agittec
3. Associação de Hotéis, Restaurantes, Agências de Viagens e Turismo de Santa Maria - Ahturr
4. Amigos da Gare
5. Arquidiocese Santa Maria
6. Atelier da Gare
7. Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria - Cacism
8. Coletivo Memória Ativa
9. Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural - COMPHIC
10. Instituto de Planejamento de Santa Maria - Iplan
11. Prefeitura Municipal de Santa Maria
12. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae
13. Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais - Secovi
14. Cooperativa de Crédito Sicredi
15. Sindicato de Comércio Varejista - Sindilojas
16. Theatro Treze de Maio
17. Universidade Franciscana - UFN
18. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
19. Vila Belga
20. Vila Belga Empreende

As entidades listadas, como pode-se perceber, são de origens variadas, contudo possuem em comum a consolidação enquanto elementos perenes e representativos em Santa Maria. Compõem os quatro comitês executivos que ajudam a definir os caminhos que orientam o Distrito Criativo. Como o próprio site indica, os indicativos recebidos na fase de diagnóstico chegaram a quase 1500, contudo neste momento foram reduzidos a estes 20. Sabe-se que esta forma de organização exige participação contínua, contudo reduz a participação da comunidade não organizada em entidades. Por outro lado, o poder executivo municipal segue como a organização estruturadora da política, de maneira geral, através do gabinete do prefeito ou pelas diversas secretarias.

### 3.2 Resultados Parciais

Os objetivos estratégicos que compõem as políticas públicas do Distrito Criativo foram quantificados em 41, sendo 10 prioritários. Para cada um destes objetivos, foram elencadas atividades de curto, médio e longo prazo. Entre os 10 objetivos prioritários, 8 deles estão relacionados basicamente a ações que devem ser conduzidas pelo poder público, como ações de infraestrutura e segurança pública. Algumas dessas atividades já foram realizadas e outras estão em andamento, e utilizaram recursos públicos ou novos formatos de prestação de serviços, como a manutenção do sistema de iluminação pública para a área (Teixeira, 2022a; b; Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2024).

O conjunto de atividades que não depende unicamente de recursos públicos é relacionado ao fomento de atividades criativas e culturais no local. Quando a isso, percebe-se que o município organizou duas iniciativas até o momento: o Lab Criativo e o EduTech. O Lab Criativo (figura 4) é definido como uma “uma iniciativa intersetorial para promover encontros voltados à criatividade, ao conhecimento e à tecnologia” (Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2023a),

ao passo que o EduTech é o nome dado ao Centro Municipal de Inovação e Empreendedorismo Criativo, voltado para a rede municipal de ensino (Prefeitura Municipal de Santa Maria, 2023b). Mesmo que a iniciativa em relação a estes dois empreendimentos seja do poder público, eles dependem da comunidade para serem ativados, funcionarem a pleno.

Figura 4 – O lançamento do Lab Criativo, em agosto de 2023, é uma das iniciativas do poder público que depende de participação da sociedade para gerar resultados.



Foto: Ariéli Ziegler, PMSM, 2023.

Desde o momento em que as políticas do Distrito Criativo passaram a ser executadas, percebe-se melhoria na qualidade dos espaços públicos, assim como qualificação de vários empreendimentos privados no local (figura 5). Empiricamente, percebe-se que o valor do solo urbano no local também se alterou, aumentando. Como se trata de um espaço de uso misto, com muitas habitações, surge o receio com efeitos de gentrificação no local, contudo isso ainda não foi percebido claramente.

Figura 5 – O brique da Vila Belga é um evento anterior ao Distrito Criativo que teve seu potencial ampliado através das políticas públicas no local.

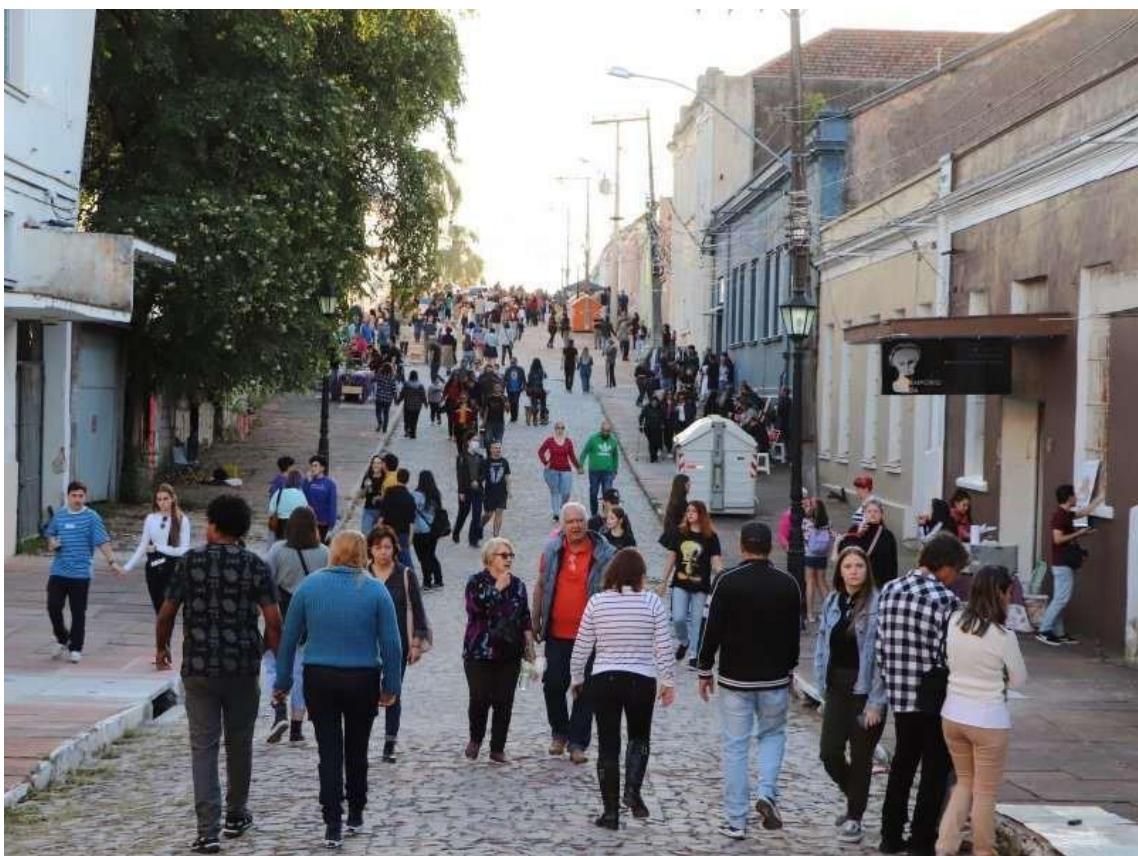


Foto: João Alves, PMSM, 2023.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização deste texto mostra que a análise das políticas públicas relacionadas ao Distrito Criativo Centro-Gare não está concluída. Observa-se, inicialmente, que a implantação deste grande plano setorial é um processo longo e que dependerá de diversos ciclos de gestão pública aliados ao interesse da população local e também do entorno urbano, combinado ainda à materialização do núcleo de atividades criativas no local, para se consolidar. As iniciativas de médio e longo prazo previstas no plano de ação foram apenas iniciadas, e em parte.

Em relação a apropriação e ao caráter do local, proposto como de economia criativa, percebe-se que surge junto com o lançamento da proposta, o que desperta dúvidas sobre a vocação existente no local. Uma área estagnada da cidade, relacionada a cultura ferroviária, possui o caráter criativo ou o assumirá? Talvez apenas o tempo possa dizer. Contudo, cabe observar o ponto trazido anteriormente por Pires (2019) ao questionar se todos os atores locais tiveram a oportunidade de se manifestar quanto as decisões e ao futuro do local. Neste sentido, sabese das diversas audiências que foram abertas à comunidade para captar impressões, potencialidades e problemas, mas quanto desse diagnóstico está sendo referendado agora, durante a implantação da proposta?

Outro ponto relevante de consideração neste momento é relacionado ao planejamento do local para além das gestões de poder executivo e legislativo. A estruturação do Distrito Criativo foi feita na segunda gestão do prefeito Jorge Pozzobom, que contou com Rodrigo Décimo como vice-prefeito no segundo ciclo. Na atualidade, Rodrigo Décimo foi eleito como prefeito (ciclo 2025-2028), defendendo a manutenção do distrito, o que sugere o prosseguimento de implementação de outras ações. Por outro lado, também será necessário reavaliar em que momento haverá a completa implementação, assim como a consolidação dos processos sociais e econômicos locais que não provém do poder público.

Por fim, compreendendo os modelos de políticas públicas propostos por Lotta (2019), o Distrito Criativo parece se enquadrar dentro do quarto modelo, atual, por contar com a participação de atores da sociedade civil para sua implementação. Há, contudo, um protagonismo do poder público, não apenas para buscar os recursos ou convênios necessários para diversas ações, mas também como um mobilizador e articulador dos diversos atores da sociedade civil, que não atuam de forma conjunta e colaborativa.

## REFERÊNCIAS

- BELÉM, J. História do Município de Santa Maria - 1797/1933. 3 ed. [s.l.] Editora da UFSM, 2000.
- BELTRÃO, R. Cronologia Histórica de Santa Maria e do Extinto Município de São Martinho. 2. ed. Santa Maria: Palotti, 1979. v. 1
- CATE, L. TEN et al. Em que ponto estamos: capacidades estatais como ferramenta analítica para comparar governos municipais. Cadernos ENAP - Capacidades estatais: avanços e tendências, n. 133, p. 55–72, 2024.
- Distrito Criativo Centro-Gare. Disponível em: <<http://www.distritocentrogare.com.br/index.php/pt/>>. Acesso em: 4 jun. 2023.
- GOMIDE, A. DE Á.; PEREIRA, A. K. O Conceito de governança aplicado às políticas de infraestrutura. Boletim de Análise Político-Institucional - IPEA, n. 19, p. 83–89, dez. 2018.
- GOMIDE, A.; MARENCO, A. Apresentação. Cadernos ENAP: Capacidades Estatais: avanços e tendências, n. 133, p. 5–7, 2024.
- IPHAE. Patrimônio ferroviário do Rio Grande do Sul: inventário das estações 18741959. Porto Alegre: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, 2002.
- LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. Em: Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: ENAP, 2019.
- MELLO, L. F. S. O Espaço do Imaginário e o Imaginário do Espaço: a ferrovia em Santa Maria, RS. 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- PIRES, R. R. C. Introdução. Em: Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.
- PIRES, R. R. C.; GOMIDE, A. Governança e Capacidades Estatais a Partir da Abordagem

dos Arranjos e Instrumentos de Políticas Públicas. Boletim de Análise PolíticoInstitucional - IPEA, n. 19, p. 25–32, dez. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Celebrando uma nova era do Distrito Criativo, LabCriativo é lançado com palestra sobre cidades criativas. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/27035-celebrando-uma-nova-era-do-districtocriativo--labcriativo-e-lancado-com-palestra-sobre-cidades-criativas>>. Acesso em: 29 jun. 2024a.

\_\_\_\_\_. Centro de inovação e empreendedorismo criativo, EduTech é entregue pela Prefeitura para alunos da RME. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/27593-centro-de-inovacao-e-empreendedorismo-criativo--edutech-entregue-pelaprefeitura-para-alunos-da-rme>>. Acesso em: 29 jun. 2024b.

\_\_\_\_\_. Distrito Criativo Centro-Gare celebra 2 anos de atividades em encontro de governança e comitês. Disponível em: <<https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/28180distrito-criativo-centro-gare-celebra-2-anos-de-atividades-em-encontro-governanca-e-comites>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PROCHNOW, L. N. O Iphan e o patrimônio ferroviário: a memória ferroviária como instrumento de preservação. Rio de Janeiro: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

QUERUZ, F.; GUMA, J. L. Memória, Fragmentos, Patrimônio: relação dos ciclos de desenvolvimento urbano de Santa Maria com seus testemunhos edificados (Associação Nacional de Pos Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Ed.)XIX Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Anais do XIX ENANPUR. Anais...Blumenau: 2022Disponível em: <[https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT11\\_SEM\\_740\\_468\\_20211215180347.pdf](https://www.sisgeenco.com.br/anais/enanpur/2022/arquivos/GT11_SEM_740_468_20211215180347.pdf)>. Acesso em: 31 maio. 2023

SECCHI, L. Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

TEIXEIRA, C. S. (COORD). Plano de ação Distrito Criativo Centro | Gare - Santa MariaRS. Santa Maria: [s.n.].

\_\_\_\_\_. Sumário Executivo - Distrito Criativo Centro | Gare - Santa Maria/RS. Santa Maria: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.districtocentrogare.com.br/index.php/pt/distrito/nossosparceiros>>. Acesso em: 28 jun. 2024b.

VICENTE, V. M. B. A Análise de Políticas Públicas na Perspectiva do Modelo de Coalizões de Defesa. Revista Políticas Públicas, v. 19, n. 1, 2016.